

430 pp.

R3

O PENSAMENTO DE SALAZAR

# DETERMINAÇÃO DE FICAR

*NA HOMENAGEM DE ANGOLA AO PRESIDENTE DO CONSELHO  
EM 13 DE ABRIL DE 1966*

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO  
LISBOA • 1966

S.N.I. 862

150krp

730Rp

INFORMAÇÃO

3



O PENSAMENTO DE SALAZAR

# DETERMINAÇÃO DE FICAR

*NA HOMENAGEM DE ANGOLA AO PRESIDENTE DO CONSELHO  
EM 13 DE ABRIL DE 1966*



SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO  
LISBOA • 1966

S.W.I.

INCORPORAÇÃO

325

DETERMINAÇÃO  
DE FIGURAS

## Meus Senhores

Comove-me profundamente a vossa peregrinação de longes terras até este Palácio, sede do Governo e da representação de toda a Nação Portuguesa. Quisestes lembrar uma simples frase, proferida de Lisboa, em igual dia de há cinco anos, em momento trágico da nossa vida em Angola por cuja defesa o Governo entendeu ser imperioso lutar «rapidamente e em força». Estas duas palavras estavam longe de ser mera expressão literária: traduzindo na verdade uma política, elas eram antes de tudo uma séria decisão de governo. Tal decisão não nascera de revolta sentimental: era fruto de reflexão longamente amadurecida que nos englobava a nós e a todos os povos de África. Era então fácil de justificar e hoje, com a experiência vivida, mais fácil ainda de compreender.

Em primeiro lugar correspondia à vossa determinação, a determinação de *ficar*. O homem que fica, vivo ou morto, ocupa de facto o território; o que abala, deserta e abandona-o. Só o primeiro, perpetuando-se por gerações, adquire um direito de ocupação e de posse que a História consagra como

base da sociedade e de participação no poder. Ao outro faltam os laços que, amassando terra e sangue, prendem as gerações, a sucederem-se em corpo e alma, em trabalho e cultura; e desiste de criar algo de parecido com uma nação que possa considerar sua pátria.

Mas havia também a tragédia que avassalava, em golpes de ferocidade, o Norte da Província e imolava as suas vítimas, por força só do ódio e em nenhum outro nome que o da destruição e do caos. Tirar a vida, incendiar as fábricas, inutilizar as plantações, espalhar e fazer viver o terror às gentes indefesas eram antigamente actos criminosos; hoje, constituindo uma técnica, neles assenta uma teoria de revolução que abundantemente os pretende justificar. Mas à nossa maneira, que é a maneira antiga, um governo que em tais circunstâncias não intervém para cumprir o primordial dever de garantir a segurança e a vida das populações e a integridade do território perde toda a legitimidade e a sua própria razão de ser. E como cumprimento da sua primacial obrigação, não tem esse acto de ser agradecido.

Um terceiro motivo da decisão tomada derivou do modo como encarávamos o problema da «descolonização», que se desenvolvera no continente africano a partir do final da última grande guerra. Mas este ponto exigiria largas reflexões: procurarei hoje resumi-las nalgumas palavras.

Os povos africanos — refiro-me sempre aqui aos situados abaixo da orla islamizada de nações mediterrâneas — os povos africanos, dizia, tentaram a sua descolonização, recebendo liberalmente ou reivindicando a independência das nações que detinham a soberania. Raríssimos territórios ofereciam porém pela sua configuração geográfica, população escassa, traçado de fronteiras aos acasos da ocupação, riqueza do solo ou subsolo, aquele mínimo de condições de

viabilidade económica que é o sustentáculo de uma sociedade com vida organizada. O atraso cultural das populações fazia que também não dispusessem tais territórios do mínimo de elementos humanos capazes de traçar o rumo da economia, dirigir o trabalho, conduzir a administração, formar os governos e os altos corpos do Estado. A independência é cara e esses povos não dispunham de riqueza que a sustentasse; a independência é difícil e esses povos não tinham o número de homens preparados a enfrentar os problemas, não digo já de um Estado moderno, mas de uma sociedade que tem de saber organizar-se para poder viver. A organização social existente na maior parte dos territórios não se elevava ainda acima de um conceito tribal, ou estritamente racista, e por si própria muito difficilmente evolucionaria de modo a criar entre as populações elos de carácter e amplitude nacional. Só nós, com a ideia tradicional da integração, temos criado, à volta da realidade portuguesa e do nome de Portugal, a coesão necessária das Províncias Ultramarinas, todas consideradas membros de uma Nação. Era assim fatal que, nos territórios estranhos à soberania portuguesa, tornados independentes por uma espécie de surto epidémico, e fosse qual fosse o mérito da obra de colonização efectuada pelos povos europeus, nós assistíssemos ao aparecimento de Estados sem o suporte de nações, e sem os meios materiais e humanos de poderem estruturar-se e progredir. E porque é preciso acima de tudo viver, surgiram então dois factos da maior relevância na vida desses povos: os subsídios sistemáticos a substituírem-se ao trabalho, a técnica e o conselho estrangeiros a substituírem-se ao governante local. Como o facto da independência parece irreversível, afiguram-se-me esses povos condenados, uns a uma espécie de protectorado sem título, outros à fragilidade e instabilidade institucional, abertos por isso mesmo a todas as influências ideológicas e a todas as pressões políticas.

Uma coisa não percebi ainda — é que em tais condições os dirigentes africanos protestem ao mesmo tempo contra o colonialismo e contra o neocolonialismo, porque, destruído o primeiro, não têm diante de si senão duas alternativas: ou progredir sob os benefícios do capital estrangeiro e da técnica internacional, com as inevitáveis e chocantes limitações da independência — e a isto se chama com propriedade neocolonialismo; ou resignar-se à mediocridade, senão ao regresso a formas primitivas de vida em que a pobreza, a doença, as rivalidades e lutas tribais continuarão a ser o preço de uma independência, pelo menos precipitada. A verdade é que o amaldiçoado colonialismo — sem que eu pretenda defender erros ou excessos certamente cometidos — levou a paz à África, permitiu o convívio das populações, promoveu o crescimento demográfico, dotou o continente de mais largos meios de comunicação, descobriu e explorou riquezas e pôs os seus 270 milhões de homens em contacto com a civilização cujos segredos lhes desvendou e colocou ao seu dispor. Sem dúvida, que onde não vigorara o processo da integração, isso se fez através de uma clara discriminação de raças e certa inferioridade social dos africanos negros, e tal estado de coisas havia de modificar-se um dia, por ser contra a natureza manter-se indefinidamente. Mas a via política da independência não podia resolver o problema: este só lograria solução através da ascensão gradual das massas pelo trabalho e pela educação àquele nível de onde se pode aspirar a todas as posições, e onde as diferenciações sociais não têm já razão de ser. O caminho seguido, elevando às culminâncias do mando os ódios recalcados dos súbditos dos grandes impérios, era fatal fizesse eclodir outra espécie de racismo — o racismo negro, com o repúdio e o risco de destruição de tudo o que podia constituir e constitui ainda penhor e segurança de progresso. E assim se chegou à infeliz situação actual.

A nossa resistência a aceitar o padrão generalizado baseia-se em razões históricas que formam a estrutura da Nação portuguesa e enformam a sua Constituição; e os factos, aliás derivados de razões sociológicas, encarregaram-se de justificá-la. Apesar disso ela é largamente condenada, mas ninguém pode recusar-lhe ao menos o mérito de ter dado tempo à reflexão a brancos e negros — europeus e africanos —, de permitir o balanço dos destroços, de medir a grandeza dos recuos e atrasos, de abrandar a violência das paixões e deixar verificar por comparação a bondade relativa dos métodos. A integração política e social que sempre advogámos leva-nos — leva hoje a maior parte da gente culta — à conclusão de que os países africanos ou se organizam na base do multirracismo ou devem considerar-se perdidos para a civilização.

Que a sociedade multirracial é possível prova-o em primeiro lugar o Brasil, a maior potência latino-americana e precisamente de raiz portuguesa, e seria portanto preciso começar por negar esta realidade, além de muitas outras, para recusar a possibilidade de constituição social desse tipo em território africano. Por outro lado, e é outra conclusão da experiência, o próprio racismo negro tem sido levado a reconhecer a sua incapacidade de criar ou de manter uma civilização em terras africanas sem o auxílio do branco. E, não se tendo encontrado, fora da precipitação concorrencial do começo, nem sendo possível descobrir meio de despersonalizar ou desnacionalizar o capital e a técnica ao serviço de África, os países africanos, não estruturalmente ligados a uma potência europeia por laços políticos, ver-se-ão obrigados a aceitar as implicações das influências de poderio que inevitavelmente decorrem da presença actuante desse capital e dessa técnica. Podem muitos propalar ou manter ilusões acerca deste ponto, mas a criação de economias nacionais que possam, tendo incorporado abundantes

capitais estrangeiros, determinar-se exclusivamente pelo interesse próprio, exige estruturas políticas que os povos africanos independentes estão muito longe de possuir.

\*

\*                      \*

Tínhamos este conjunto de circunstâncias e de problemas bem presentes ao nosso espírito quando deflagrou contra nós em Angola o terrorismo. Ecoaram nos nossos ouvidos os gritos lancinantes da Província, como depois os da Guiné e de Moçambique. E a voz do sangue, o espírito das gerações passadas, a força da História fizeram vibrar o nosso coração de portugueses e apelaram veementemente para a nossa razão de governantes responsáveis. Sentimos não poder deixar de agir, por imperativo da consciência, e de clamar, em nome da verdade e da sinceridade devida a todos, brancos e pretos, que desintegrem-se da sua Nação era perder a liberdade, para se submeterem, em nome da independência, a sujeições estranhas, não seria progredir mas recuar, não seria engrandecer-se mas diminuir-se. Verifica-se que só a Nação que a todos abraça e a todos tem por filhos, tem possibilidades económicas e de força para defendê-los de ambições hostis, e sensibilidade para compreender-lhes os sentimentos e conduzir no melhor caminho as suas aspirações.

Esta evidência não obsta a que ainda por muita parte continue a ser posto em foco o nosso «colonialismo». Mas talvez a simples descrição de um facto nos permita ajuizar do valor da acusação. E, porque a Beira está muito em foco agora por causa da questão da Rodésia, será aí mesmo que irei escolher um exemplo da actuação ultramarina de Portugal.

Por 1949, o porto e o caminho de ferro da Beira, aquele já desde 1 de Janeiro na posse de Moçambique, encontravam-se em situação de não poder satisfazer a subida do tráfego prevista como procedente dos territórios da futura Federação das Rodésias e Niassalândia. As negociações de Lisboa não encontravam solução ao problema que fundamentalmente consistia em obter os fundos necessários para melhorar a via, dotá-la de meios de transporte, aumentar e intensificar os serviços e, quanto ao porto, em dragagens e construção de novos cais. A companhia inglesa detentora da concessão não podia, sem novas condições contratuais, inaceitáveis para nós, conseguir os financiamentos necessários e pagar dividendos ao capital. Teve de suprimir-se a dificuldade, comprando o Governo Português a companhia por 4 milhões de libras, desembolsadas por uma vez, logo que cumpridas em Londres as formalidades atinentes ao caso. A exploração foi entregue à Direcção dos Caminhos de Ferro da Província, e começou a trabalhar-se. A expansão económica dos nossos próprios territórios e dos territórios servidos pelo caminho de ferro e pelo porto da Beira foi tal que, sendo então movimentadas por eles de 1200 mil a 1500 mil toneladas, máximo da capacidade nessa altura, se movimentam hoje mais de 4 milhões, que podem no estado actual das coisas elevar-se ainda a 5 milhões de toneladas. O Governo não recebeu desde então nem juro nem dividendo nem amortização do capital empregado, porque tudo tem deixado à Administração para construção de desvios, rectificações e melhoramento da via, casas em materiais definitivos para o pessoal e os serviços, e ainda para trabalhos e novas construções no porto. Dada a estreiteza deste, o trabalho é permanente nas 24 horas do dia e o porto é em todo o mundo o de maior rendimento por metro linear de cais. Deixou de haver demoras nas cargas e descargas dos barcos e todos reconhecem não se terem concretizado os receios

manifestados quando das negociações acerca da eficiência da administração portuguesa: tanto o nosso território naquela região como os territórios limítrofes só têm tido razão para se regozijarem com os serviços prestados.

Repare-se agora: o capital britânico foi repatriado, recebia dividendos e pôde continuar a arrecadar lucros depois da venda da companhia. O Tesouro, que foi o adquirente do caminho de ferro, não recebeu até hoje capital nem rendimentos provenientes daquele, e as receitas líquidas que o Caminho de Ferro da Beira produziu, da ordem dos 2,5 milhões de contos, ali ficaram e foram investidos para benefício geral. Este caso não poderia repetir-se indefinidamente por serem limitadas as nossas possibilidades, mas por ele se pode ver que no nosso «colonialismo» são os estrangeiros que embolsam os lucros e nós quem paga os melhoramentos, apenas com o ganho político de se haver libertado uma zona crucial de Moçambique.

\*

\*

\*

Não posso infelizmente concluir estas reflexões com uma palavra de optimismo, porque devem continuar ainda por bastante tempo as nossas dificuldades e provações.

Mais fria e realista compreensão dos factos sociais e suas repercussões políticas tem provocado nos últimos tempos alguma melhoria no estado geral dos problemas africanos. E ainda que houvéssemos de partilhar a hipótese, que decididamente não perfilho, de considerar-se perdido por muito tempo o esforço europeu ao norte do Equador, a verdade é que nós íamos notando, pelas mutações políticas e declarações dos responsáveis, designadamente desde a linha que liga o Zaire ao Rovuma até ao Cabo da Boa Esperança, uma

acalmia nas paixões e grande espírito de colaboração entre todos os territórios. A confiança mútua fazia nascer as maiores esperanças em que toda essa imensa África Austral começasse a estabilizar-se na paz, a progredir e a poder considerar-se definitivamente salva para si própria e para a civilização do Ocidente. Eis senão quando a forma como tem sido tratado o caso da independência da Rodésia, que aliás não será demasiado tarde para poder ser resolvido com o acordo de Londres, cobriu os céus de África das mais negras nuvens.

Não temos de pronunciar-nos sobre um assunto que desde princípio se considerou problema exclusivo e interno da Grã-Bretanha, ainda que, paradoxalmente e por sua mesma iniciativa, internacionalizado hoje com a intervenção do Conselho de Segurança. A simples intervenção do Conselho e as suas deliberações estão sendo objecto de atenta consideração pelo Governo, de modo que são precipitadas todas as intenções que se atribuem às nossas atitudes na parte que directamente nos toca nessas gravíssimas deliberações. O que afirmo no momento é apenas que mais um passo em falso na resolução do problema rodesiano por parte das potências responsáveis pode atear um vasto incêndio com risco de todos os que estão a pensar ficar imunes por se encontrarem longe das labaredas. Tudo ainda se pode salvar; mas tudo também se poderá perder se as paixões se fizerem ouvir mais alto que a razão e certas expressões imperialistas, que ao lado de todos os povos africanos vemos abertamente repudiar, puderem abrir caminho e, apesar da mudança dos tempos, recomeçar a sua marcha nas regiões interessadas.

Nestes tempos só posso transmitir-vos uma palavra de confiança na firmeza das nossas atitudes, e ainda fazer-vos uma advertência. Embora difíceis por vezes de apreciar os motivos da lentidão e a paciência com que agimos, devemos

ter presente que uma regra se nos impõe como princípio de acção: não fazer em nenhuma circunstância o jogo dos que pretendem ou pelo menos agem como se tivessem a pretensão de combater os nossos interesses legítimos e ignorar os nossos direitos.

E a tão desejada visita a Angola? Pois parece-me bem deixá-la para o momento em que, dominado ou expulso o último terrorista, ali possamos celebrar o heróico esforço da defesa.











2487

EDIÇÕES

**S·N·I**

LISBOA

**BN**



\*EFG0000513168\*